

**Aquisição de Equipamento e Material de Informática
no âmbito da subatividade “Línguas Para Todos” do
projeto “Promoção do Sucesso Educativo em Viseu
Dão Lafões”**

**PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO
(Regime geral)**

(alínea d), do n.º 1, do art.º 20.º do CCP)

CADERNO DE ENCARGOS

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE PAIVA

NIPC 506 809 323

Câmara Municipal

Praça D. Afonso Henriques

3650-207 Vila Nova de Paiva

Tel. 232 609 900; Fax. 232 609 909

Endereço eletrónico: geral@cm-vnpaiva.pt

Portal Oficial: www.cm-vpaiva.pt

Plataforma de contratação pública: www.acingov.pt

Outubro/2020

Aquisição de Equipamento e Material de Informática no âmbito da subatividade “Línguas Para Todos” do projeto “Promoção do Sucesso Educativo em Viseu Dão Lafões”

(Procedimento de ajuste direto ao abrigo da alínea d), do n.º 1, do art.º 20.º do CCP)

CADERNO DE ENCARGOS

ÍNDICE

PARTE I

CLÁUSULAS JURÍDICAS

Capítulo I – Disposições gerais

- Artigo 1.º ----- Objeto
Artigo 2.º ----- Entidade adjudicante
Artigo 3.º ----- Contrato
Artigo 4.º ----- Prazo do contrato
Artigo 5.º ----- Gestor do contrato

Capítulo II – Obrigações contratuais

- Artigo 6.º ----- Obrigações principais do fornecedor
Artigo 7.º ----- Fases da prestação
Artigo 8.º ----- Forma da prestação
Artigo 9.º ----- Prazo da prestação
Artigo 10.º ----- Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato
Artigo 11.º ----- Transferência da propriedade
Artigo 12.º ----- Conformidade dos elementos objeto do contrato
Artigo 13.º ----- Entrega dos elementos objeto do contrato
Artigo 14.º ----- Conformidade e garantia técnica
Artigo 15.º ----- Garantia técnica
Artigo 16.º ----- Assistência técnica
Artigo 17.º ----- Objeto do dever de sigilo
Artigo 18.º ----- Prazo do dever de sigilo
Artigo 19.º ----- Preço base do contrato
Artigo 20.º ----- Remuneração dos bens e serviços
Artigo 21.º ----- Condições de pagamento

Capítulo III – Resolução

- Artigo 22.º ----- Penalidades contratuais
Artigo 23.º ----- Força maior
Artigo 24.º ----- Resolução por parte da entidade adjudicante
Artigo 25.º ----- Resolução por parte do fornecedor

Capítulo IV – Caução e adiantamentos

- Artigo 26.º ----- Caução
Artigo 27.º ----- Adiantamento de preço

Capítulo V – Resolução de litígios

Artigo 28.º ----- Foro competente

Artigo 29.º ----- Seguros

Capítulo VI – Disposições finais

Artigo 30.º ----- Subcontratação e cessão da posição contratual

Artigo 31.º ----- Comunicações e notificações

Artigo 32.º ----- Contagem dos prazos

Artigo 33.º ----- Legislação aplicável

PARTE II

CLÁUSULAS TÉCNICAS

Artigo 34.º ----- Objetivo do procedimento

Artigo 35.º ----- Especificações técnicas mínimas

Artigo 36.º ----- Prazo de entrega

Artigo 37.º ----- Garantias e assistência técnica

Artigo 38.º ----- Requisitos de formação

ANEXO – Mapa de Quantidades

Aquisição de Equipamento e Material de Informática no âmbito da subatividade "Línguas Para Todos" do projeto "Promoção do Sucesso Educativo em Viseu Dão Lafões"

(Procedimento de ajuste direto ao abrigo da alínea d), do n.º 1, do art.º 20.º do CCP)

CADERNO DE ENCARGOS

PARTE I

CLÁUSULAS JURÍDICAS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a ***Aquisição de Equipamento e Material de Informática no âmbito da subatividade "Línguas Para Todos" do projeto "Promoção do Sucesso Educativo em Viseu Dão Lafões"***, de acordo com as cláusulas técnicas constantes na Parte II do presente Caderno de Encargos e Mapa de Quantidades em Anexo, que inclui a instalação dos equipamentos adjudicados nas instalações indicadas pela entidade adjudicante.

2. A prestação é classificada no Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (**CPV**), aprovado no Anexo I ao Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, com o seguinte objeto principal: **30200000-1 (Equipamento e material de informática)**.

Artigo 2.º

Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é o Município de Vila Nova de Paiva, pessoa coletiva de direito público registada sob o número 506 809 323, com sede na Praça D. Afonso Henriques, 3650-207 Vila Nova de Paiva, na vila de Vila Nova de Paiva, da União das Freguesias de Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas (Telefone: 232 609 900, Fax: 232 609 909, Endereço Eletrónico: geral@cm-vnpaiva.pt e URL: www.cm-vnpaiva.pt).

Artigo 3.º

Contrato

1. O contrato é composto pelo respectivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelo fornecedor, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus eventuais anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no art.º 99.º do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP), e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do mesmo Código.

Artigo 4.º

Prazo do contrato

O contrato mantém-se em vigor até à conclusão dos bens e serviços em conformidade com os respectivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Artigo 5.º

Gestor do contrato

O gestor do contrato com a função de acompanhar permanentemente a execução deste e a que se refere o n.º 1 do art.º 290.º-A do CCP, será designado pela entidade competente para a decisão de contratar aquando da decisão de adjudicação.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Artigo 6.º

Obrigações principais do fornecedor

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação do fornecimento dos bens e serviços identificados na sua proposta;
- b) Obrigação de assistência à entidade adjudicante na prestação de esclarecimentos no âmbito do objeto do contrato.

2. O título acessório, o fornecedor fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados ao fornecimento dos bens e serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Artigo 7.º

Fases da prestação

O fornecimento de bens e serviços objeto do contrato compreendem as fases constantes das cláusulas técnicas da Parte II do presente Caderno de Encargos.

Artigo 8.º

Forma de prestação

1. Para o acompanhamento da execução do contrato, o fornecedor fica obrigado a manter, com uma periodicidade adequada, reuniões de coordenação com os representantes da entidade adjudicante, das quais deve ser lavrada ata, se for o caso, a assinar por todos os intervenientes na reunião.

2. As reuniões previstas no número anterior devem ser alvo de uma convocação escrita por parte do fornecedor, o qual deve elaborar a agenda prévia para cada reunião.

Artigo 9.º

Prazo da prestação

1. O fornecedor obriga-se a concluir a execução do fornecimento de bens e serviços com todos os elementos referidos nas cláusulas técnicas da Parte II do presente Caderno de Encargos, e nos prazos previstos nas referidas cláusulas.

2. O prazo previsto no número anterior pode ser prorrogado por iniciativa da entidade adjudicante ou a requerimento do fornecedor devidamente fundamentado.

Artigo 10.º

Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato

1. No prazo de oito dias a contar da entrega dos elementos de execução do contrato, a entidade adjudicante procede à respectiva análise, com vista a verificar se os mesmos reúnem as características e requisitos técnicos definidos nas cláusulas técnicas da Parte II do presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

2. Na análise a que se refere o número anterior, o fornecedor deve prestar à entidade adjudicante toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.

3. No caso de a análise a que se refere o n.º 1 não comprovar a conformidade dos elementos entregues com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características e requisitos técnicos definidos nas cláusulas técnicas da Parte II do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve disso informar, por escrito, o fornecedor.

4. No caso previsto no número anterior, o fornecedor deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela entidade adjudicante, às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.

5. Após a realização das alterações e complementos necessários pelo fornecedor, no prazo respetivo, a entidade adjudicante procede a nova análise, nos termos do n.º 1.

6. Caso a análise da entidade adjudicante a que se refere o n.º 1 comprove a conformidade dos elementos entregues pelo fornecedor com as exigências legais, e neles não sejam detetadas quaisquer discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos nas cláusulas técnicas da Parte II do presente Caderno de Encargos, deve ser emitida, no prazo máximo de cinco dias a contar do termo dessa análise, declaração de aceitação pela entidade adjudicante.

7. A emissão da declaração a que se refere o número anterior não implica a aceitação de eventuais discrepâncias com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos nas cláusulas técnicas da Parte II do presente Caderno de Encargos.

Artigo 11.º

Transferência da propriedade

1. Com a declaração de aceitação a que se refere o n.º 6 do artigo anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos elementos a desenvolver ao abrigo do contrato para a

entidade adjudicante, incluindo, sendo o caso, os direitos autorais sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelo fornecimento de bens e serviços.

2. Pela cessão dos direitos a que alude o número anterior não é devida qualquer contrapartida para além do preço a pagar nos termos do presente Caderno de Encargos.

Artigo 12.º

Conformidade dos elementos objeto do contrato

1. O fornecedor obriga-se a entregar à entidade adjudicante os elementos objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos nas cláusulas técnicas da Parte II do presente Caderno de Encargos, que dele fazem parte integrante.

2. Os elementos objeto do contrato devem ser entregues em condições de serem utilizados para os fins a que se destinam.

3. O fornecedor é responsável perante a entidade adjudicante por qualquer imprecisão ou erros nos elementos objeto do contrato que existam no momento em que os mesmos lhe são entregues.

Artigo 13.º

Entrega dos elementos objeto do contrato

1. A totalidade dos elementos objeto do contrato e aceites devem ser entregues nos Paços do Município de Vila Nova de Paiva no prazo de oito dias após a emissão da declaração referida no n.º 6 do artigo 10.º.

2. Com a entrega dos elementos objeto do contrato, ocorre a transferência da posse e da propriedade daqueles para a entidade adjudicante.

Artigo 14.º

Conformidade e garantia técnica

O fornecedor fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues à entidade adjudicante em execução do contrato, às exigências legais, obrigações do fornecedor e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens e serviços, nos termos do CCP e demais legislação aplicável.

Artigo 15.º

Garantia técnica

1. Nos termos do presente artigo o prestador de serviços garante os elementos objeto do contrato, pelo prazo mínimo constante nas cláusulas técnicas da Parte II do presente Caderno de Encargos, que dele fazem parte integrante, a contar da data de aceitação dos mesmos, relativamente a quaisquer desconformidades ou discrepâncias com as exigências legais e requisitos técnicos definidos nas mesmas cláusulas técnicas, que se revelem a partir da respetiva aceitação dos bens e serviços.

2. A garantia prevista no número anterior abrange:

a) A retificação ou a substituição de quaisquer elementos em que se verifiquem desconformidades ou discrepâncias;

b) A deslocação, sendo o caso, às instalações da entidade adjudicante.

3. No prazo máximo de dois meses a contar da data em que a entidade adjudicante tenha detetado qualquer desconformidade ou discrepância, esta deve notificar o fornecedor, para efeitos da respetiva retificação ou substituição.

4. A retificação ou substituição previstas na presente cláusula devem ser realizadas dentro de um prazo razoável fixado pela entidade adjudicante e sem grave inconveniente para este último, tendo em conta a natureza dos elementos objeto do contrato e o fim a que os mesmos se destinam.

Artigo 16.º

Assistência técnica

1. A assistência técnica consiste em prestações acessórias a realizar pelo fornecedor perante a entidade adjudicante, sem prejuízo do cumprimento de outras obrigações legais ou contratuais que lhe incumbam, nos termos previstos nas cláusulas técnicas da Parte II do presente Caderno de Encargos.

2. A assistência técnica referida no número anterior compreende, designadamente, a prestação de quaisquer informações e esclarecimentos, a qual deve realizar-se, sempre que for solicitado, ou quando tal se revele necessário.

Artigo 17.º

Objeto do dever de sigilo

1. O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Artigo 18.º

Prazo do dever de sigilo

O fornecedor deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Artigo 19.º

Preço base do contrato

1. Pelo fornecimento objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, a que acresce o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) à taxa legal em vigor de 23%.

2. O preço contratual referido no número anterior **não pode, em qualquer caso, ser superior a € 19.400,00** (dezanove mil e quatrocentos euros), excluído do IVA à taxa normal em vigor de 23%.

3. O preço referido no n.º 1 inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante, incluindo, nomeadamente as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição e transporte, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças, se for o caso.

Artigo 20.º

Remuneração dos bens e serviços

1. Os bens e serviços previstos no artigo 1.º serão remunerados após aceitação da solução proposta por parte da entidade adjudicante.

2. Quaisquer adiantamentos de preço podem ser pagos mediante apresentação de caução nos termos previstos no artigo 27.º.

3. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, entre a entidade adjudicante e o adjudicatário podem eventualmente ser acordadas condições de remuneração dos serviços adjudicados diferentes das indicadas, a constar no respetivo contrato.

Artigo 21.º

Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos das cláusulas anteriores, devem ser pagas, em regra, no prazo de 30 dias após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega e aceitação dos elementos objeto do contrato.

3. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas facturas, deve esta comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

4. As faturas deverão ser emitidas em nome do Município de Vila Nova de Paiva, pessoa coletiva de direito público registada sob o número 506 809 323, ao cuidado da Divisão de Administração e Finanças da Câmara Municipal, sita nos Paços do Município, Praça D. Afonso Henriques, 3650-207 Vila Nova de Paiva, devendo conter o número sequencial de compromisso indicado no contrato.

5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas preferencialmente por transferência bancária, devendo o adjudicatário apresentar o comprovativo do Número de Identificação Bancária (NIB)/IBAN emitido pela respetiva entidade bancária.

CAPÍTULO III

RESOLUÇÃO

Artigo 22.º

Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, até ao máximo de 10% (quinze por cento) do preço contratual, nos seguintes termos:

- a) Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos elementos objeto do contrato;
- b) Pelo incumprimento da obrigação de garantia técnica.

2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, a entidade adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária equivalente à referida no número anterior.

3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de serviços ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos elementos objeto do contrato cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução.

4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.

5. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos do presente artigo.

6. As penas pecuniárias previstas no presente artigo não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

Artigo 23.º

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, verificarem-se os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, actos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;

b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

d) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

e) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;

e) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Artigo 24.º

Resolução por parte da entidade adjudicante

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

Artigo 25.º

Resolução por parte do fornecedor

O fornecedor pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º do CCP.

CAPÍTULO IV

CAUÇÃO E ADIANTAMENTOS

Artigo 26.º

Caução

É dispensada a apresentação de caução ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do art.º 88.º do CCP, e não há lugar à retenção a que se refere o n.º 3 do mesmo artigo nos pagamentos a efetuar.

Artigo 27.º

Adiantamento de preço

1. O fornecedor pode solicitar, através de pedido fundamentado à entidade adjudicante, um adiantamento por conta de prestações a realizar ou de atos preparatórios ou acessórios das mesmas.

2. Sem prejuízo do disposto nos artigos 292.º e 293.º do CCP, o adiantamento referido no número anterior só pode ser pago depois de o fornecedor ter comprovado a prestação de uma caução do valor do adiantamento, através de títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, garantia bancária ou seguro-caução, sendo aplicável para o efeito, com as necessárias adaptações, o disposto nos artigos 88.º e 90.º do CCP.

3. Todas as despesas decorrentes da prestação da caução prevista no número anterior correm por conta do fornecedor.

4. A caução para garantia de adiantamentos de preço é progressivamente libertada à medida que forem fornecidos os bens e prestados os serviços correspondentes ao pagamento

adiantado que tenha sido efetuado pela entidade adjudicante, nos termos do n.º 2 do artigo 295.º do CCP.

CAPÍTULO V

RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Artigo 28.º

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal (TAF) do Círculo de **Viseu**, com expressa renúncia a qualquer outro.

Artigo 29.º

Seguros

É da responsabilidade do fornecedor a cobertura, através de contratos de seguro, de quaisquer riscos inerentes a todos e quaisquer bens fornecidos e serviços prestados à entidade adjudicante, que garanta a responsabilidade civil dos técnicos responsáveis pelo fornecimento de bens e prestação de serviços a realizar.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 30.º

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 31.º

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Artigo 32.º

Contagem dos prazos

Os prazos previstos na fase de execução do contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Artigo 33.º

Legislação aplicável

O contrato é regulado pelo Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na versão alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto (retificado pelas Declarações de Retificação n.ºs 36-A/2017, de 30 de outubro, e 42/2017, de 30 de novembro), e alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 33/2018, de 15 de maio, e 123/2018, de 28 de dezembro, e demais legislação aplicável.

Aquisição de Equipamento e Material de Informática no âmbito da subatividade “Línguas Para Todos” do projeto “Promoção do Sucesso Educativo em Viseu Dão Lafões”

(Procedimento de ajuste direto ao abrigo da alínea d), do n.º 1, do art.º 20.º do CCP)

CADERNO DE ENCARGOS

PARTE II

CLÁUSULAS TÉCNICAS

Artigo 34.º

Objetivo do procedimento

1. No âmbito da concretização do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT) da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões (CIMVDL), em 24 de janeiro de 2017 foi assinado um Acordo entre parceiros, nomeadamente entre a CIMVDL e os seus catorze municípios associados, com Adenda em 17 de abril de 2019, tendo em vista definir as modalidades de cooperação entre os mesmos, no âmbito do desenvolvimento e implementação do projeto “Promoção do Sucesso Educativo em Viseu Dão Lafões”, conforme candidatura, única e integrada, apresentada ao Programa Operacional Regional do Centro 2020 (CENTRO 2020), no âmbito da tipologia de intervenção “Redução do abandono escolar” por via do Aviso n.º CENTRO-66-2016-15 – “Planos Integradores e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar”, oportunamente aprovada.

2. O investimento em causa enquadra-se no Eixo Prioritário 3 – “Desenvolver o Potencial Humano”, sendo o projeto organizado em Linhas de intervenção/Eixos e Atividades, tendo a candidatura sido oportunamente aprovada pela Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro 2020, e atribuído ao projeto o código universal CENTRO-03-5266-FSE-000019, com uma taxa de comparticipação de 85%.

3. No subatividade “Línguas Para Todos”, referente ao tipo de atividade “Promoção de trabalho em rede”, da Atividade 7 – “Promover Aprendizagens Sociais, Científicas, Tecnológicas, Artísticas e Culturais”, do Eixo/Linha de Intervenção “Aprendizagens Formais, não Formais e Informais para o Sucesso Escolar”, está prevista na alínea 7.i) a aquisição de equipamentos na área das Tecnologias de Informação e Comunicação, desde que enquadrado em objetivos pedagógicos e educacionais, referentes a novos cursos ou a novas metodologias.

4. Pretende-se assim dar execução ao referido projeto aprovado no âmbito do Município de Vila Nova de Paiva, mediante a aquisição do equipamento e material de informática, envolvendo um Painel Interativo com suporte móvel, WebCam, Barra de som, computadores portáteis, headphones e armário para portáteis, nas quantidades previstas no Mapa de Quantidades em ANEXO ao presente Caderno de Encargos, e com as especificações técnicas mínimas definidas no artigo seguinte.

Artigo 35.º

Especificações técnicas mínimas

1. Painel Interativo:

- Tecnologia: 4K, Retroiluminação LED com Tecnologia Vellum Touch

- Diagonal de Ecrã: 75"
- Luminosidade: 350 cd/m²
- Vida útil do painel: 50.000 horas
- Superfície: Cristal temperado antirreflexo, de 4 mm de espessura e dureza 9H (lápiz) e 7H (Mohs).

- Ângulo de visão (vertical/horizontal): 178°/178°
- Sensor ambiente: de forma a adequar a luminosidade;
- Pontos tácteis simultâneos: 15 pontos de interação
- Interatividade: táctil com o dedo e com caneta; com deteção de palma da mão
- Controlos: frontais

- **Deve incluir aplicações de interatividade**

- Aplicação de escrita e anotação com acesso a galeria; modelos e Templates; tipos de caneta e marcador; panos de fundo deve incluir plano; quadriculado; música; simetrias; modo de duplo utilizador; ferramentas de matemática; superfície de escrita infinita com mira para identificar zona de trabalho; anotação por cima de objetos; exportar trabalho de ecrã atual ou inteiro para pdf.

- Captura de ecrã e anotar na aplicação de quadro branco;
- Anotar sobre qualquer aplicação e programa em qualquer dispositivo;
- Temporizador; cronómetro e relógio;
- Roleta com jogo de nomes, cores, números e possibilidade de múltiplas roletas;
- Barra de ferramentas flutuante com 3 posições;
- Acesso a todas as funções na barra de ferramentas

Conectividade:

- 5 portas USB Tipo A, dos quais 1 USB 3.0 e 3 USB Touch
- 3 portas HDMI (suportam 4K)
- 1 VGA
- Bluetooth
- 1 VGA Áudio In
- 1 CVBS
- 1 áudio (3.5mm)
- 1 auriculares
- Cartões Micro SD

Conectividade de rede:

- Ethernet RJ45 (entrada e saída)
- WIFI IEEE 802.11ac.
- Ethernet Gigabit
- Wi-Fi 2x2
- Wake On Lan
- Criação de HotSpot

- **Áudio: Colunas Stereo integradas frontais de 2 x 15 W / Barra de som**

- Memória RAM: 2 GB
- Armazenamento Interno: 16 GB embebidos no Pannel + 16Gb para apps em OPS
- Sistema Operativo: Sistema operativo Android 8.0 Oreo interno
- **Suporte Móvel de Altura Fixa**
- **WebCam**

2. **Computador Portátil:**

- Tipo: Computador portátil;
- Processador: i7-1065G7/ 3.9 GHz, 8MB cache);
- Placa gráfica: Intel UHD Graphics;
- Memória: 8GB DDR4 SDRAM (2 x 4 Gb)
- Ecrã: 15.6" FHD 1920 x 1080;
- Armazenamento: 256GB SSD;
- Leitor de cartões: 4-in-1 reader (MMC, SD, SDHC, SDXC);
- Rede sem fios: Wi-Fi 802.11ac, 1x1; Bluetooth: 4.2;
- Webcam: HD 300p;
- Portas: 1 x USB 2.0; 2x USB 3.1; 1x HDMI, 1x jack áudio 3,5mm (Auscultadores + Microfone);
- Bateria: 35Wh; Fonte de alimentação: 65W;
- Teclado: Resistente a derrames de líquidos;
- Sistema operativo: Windows 10 Professional 64 bits;
- Dimensões máximas: 362.2mm x 251.5mm x 19.9mm;
- Peso máximo: 1,85 Kg;
- Garantia: 1 ano.

3. **Headphones:**

- Tipo: de cabeça com fita;
- Micro incorporado
- Fio de 1,80 m

4. **Armário para Portáteis:**

- Armário em aço de 1,2mm com capacidade para 30 computadores portáteis (até 15.6")
- Porta dupla dianteira com fechadura de segurança
- Compartimento traseiro para toda a parte elétrica e transformadores, evitando o acesso dos alunos.
- Tomadas individuais para 30 carregadores
- Sistema de temporização/segmentação, para carregamento em horário adequado e por etapas, baixando a temperatura.
- Ranhuras de ventilação passiva nas quatro faces verticais
- Sistema de ventilação forçada, com ventilador e termostato
- Cabo de alimentação único, com disjuntor bipolar magnetotérmico de proteção (2x16A).
- Mobilidade através de quatro rodas(duas com travão), suportando peso máximo de 280Kg.

- Garantia: 2 anos

Artigo 36.º

Prazo de entrega

A entrega e instalação dos bens deverá ser integralmente executada no prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da data de celebração do contrato.

Artigo 37.º

Garantias e assistência técnica

1. O Adjudicatário assegurará o bom funcionamento dos equipamentos adquiridos, sendo de 3 (três) anos na ARC (*Advanced Replacement Cover*) para o Painel Interativo, 1 (um) ano para os computadores portáteis e de 2 (dois) anos para o armário.

2. O Adjudicatário deve assegurar a adequada assistência técnica dos equipamentos fornecidos, que compreende, designadamente, a prestação de quaisquer informações e esclarecimentos, a qual deve realizar-se, sempre que for solicitado, ou quando tal se revele necessário, com um grau de prontidão não superior a 48 horas quando presencial.

Artigo 38.º

Requisitos de formação

O adjudicatário deverá prestar a formação necessária a técnicos do Município de Vila Nova de Poiva, com a duração mínima de 3 (três) horas, para utilização do painel interativo.

-----//-----//-----

Fim

ANEXO

Designação do Projeto: Aquisição de Equipamento e Material de Informática no âmbito da subatividade "Línguas Para Todos" do projeto "Promoção do Sucesso Educativo em Viseu Dão Lafões"

MAPA DE QUANTIDADES			
Descrição dos bens	N.º de unidades	Preço unitário	Preço total (s/ IVA)
1. Painel interativo	1		
2. Computador portátil	25		
3. Headphones com microfone	25		
4. Armário para portáteis	1		